Comentários Prova de Direito Constitucional – XXIX EOAB – 1ª Fase

Questão 11 – Controle de Constitucionalidade

O Estado Alfa promulgou, em 2018, a Lei Estadual X, concedendo unilateralmente isenção sobre o tributo incidente em operações relativas à circulação interestadual de mercadorias (ICMS) usadas como insumo pela indústria automobilística. O Estado Alfa, com isso, atraiu o interesse de diversas montadoras em ali se instalarem. A Lei Estadual X, no entanto, contraria norma da Constituição da República que dispõe caber a lei complementar regular a forma de concessão de incentivos, isenções e benefícios fiscais relativos ao ICMS, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal. Em razão da Lei Estadual X, o Estado Beta, conhecido polo automobilístico, sofrerá drásticas perdas em razão da redução na arrecadação tributária, com a evasão de indústrias e fábricas para o Estado Alfa.

Diante do caso narrado, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) O Governador do Estado Beta não detém legitimidade ativa para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, uma vez que, em âmbito estadual, apenas a Mesa da Assembleia Legislativa do respectivo ente está no rol taxativo de legitimados previsto na Constituição.
B) A legitimidade do Governador do Estado Beta restringe-se à possibilidade de propor, perante o respectivo Tribunal de Justiça, representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.
C) A legitimidade ativa do Governador para a Ação Direta de Inconstitucionalidade vincula-se ao objeto da ação, pelo que deve haver pertinência da norma impugnada com os objetivos do autor da ação; logo, não podem impugnar ato normativo oriundo de outro Estado da Federação.
D) O Governador do Estado Beta é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, a qual, mesmo sendo oriunda de ente federativo diverso, provoca evidentes reflexos na economia do Estado Beta.

Gabarito comentado questão 11

A) Falsa. O Governador do Estado é legitimado ativo para propositura de ADI, conforme art. 103, V, CF.

B) Falsa. Além da legitimidade em âmbito estadual, como posto na assertiva, também há a legitimidade para propositura de ADI perante o STF (art. 103, V, CF). Portanto, o erro da assertiva é a palavra “restringe-se”, limitado a legitimação apenas ao controle de constitucionalidade no âmbito estadual.

C) Falsa. Embora a primeira parte da assertiva esteja correta, a legitimação do Governador depende de demonstração de pertinência temática (legitimado especial), ele pode sim impugnar ato normativo de outro Estado da Federação, desde que, como no caso, demonstre interesse de agir específico.

D) Correta. Demonstrada a pertinência temática (evidentes reflexos na economia do Estado Beta) o Governador do Estado Beta tem sim legitimidade ativa para propositura da ADI.

Questão 12 – Da Ordem Econômica e Financeira

O Deputado Federal X, defensor de posições políticas estatizantes, convencido de que seria muito lucrativo o fato de o Estado passar a explorar, ele próprio, atividades econômicas, pretende propor projeto de lei que viabilize a criação de diversas empresas públicas. Esses entes teriam, como único pressuposto para sua criação, a possibilidade de alcançar alto grau de rentabilidade.

Com isso, seria legalmente inviável a criação de empresas públicas deficitárias. Antes de submeter o projeto de lei à Câmara, o Deputado Federal X consulta seus assistentes jurídicos, que, analisando a proposta, informam, corretamente, que seu projeto é

A) inconstitucional, pois a criação de empresas públicas, sendo ato estratégico da política nacional, é atribuição exclusiva do Presidente da República, que poderá concretizá-la por meio de decreto.

B) constitucional, muito embora deva o projeto de lei seguir o rito complementar, o que demandará a obtenção de um quórum de maioria absoluta em ambas as casas do Congresso Nacional.

C) inconstitucional, pois a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária à segurança nacional ou caracterizado relevante interesse nacional.

D) constitucional, pois a Constituição Federal, ao estabelecer a livre concorrência entre seus princípios econômicos, não criou obstáculos à participação do Estado na exploração da atividade econômica.

Gabarito comentado questão 12

A) Duplamente Falsa. A criação de empresas públicas exige lei autorizativa, nos termos do art. 37, XIX, CF. Portanto, o Presidente não poderia instituir uma empresa pública federal por meio de decreto. Além disso, Governadores e Prefeitos também podem no âmbito estadual e municipal, respectivamente, instituir empresas estatais.

B) Falsa. A lei autorizativa exigida pelo art. 37, XIX, CF é lei ordinária. Náo temos aqui uma hipótese em que a Constituição exija taxativamente lei complementar.

C) Falsa. Embora o gabarito dado pela FGV seja este, a assertiva utilizou o termo "interesse nacional", ao passo que o art. 173 da CF preceitua "relevante interesse coletivo", não podendo as expressões serem tomadas como equivalentes. Isso porque o interesse coletivo pode ser estadual ou municipal, não necessariamente nacional.

D) Falsa. A Constituição estabelece sim obstáculo a criação de estatais, posto que a sua criação não pode ser apenas aferir lucro. Devem, necessariamente, serem criadas nas hipóteses de relevante interesse coletivo ou imperativos da segurança nacional.

Questão 13 – Direito à informação (Art. 5º, CF)

Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes. Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas. Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas. Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas. A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

A) A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiem.
B) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.
C) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.
D) Assiste razão ao órgão público no que concerne ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Gabarito comentado questão 13

A) Correta. Trata do direito de acesso a informações de interesse público, consagrado no art. 5º, XXXIII, CF, regulamentado pela lei de acesso à informação, Lei 12.527/11.

B) Falsa. O texto constitucional apenas resguarda o sigilo das informações necessárias à segurança da sociedade e do Estado, não sendo a hipótese tratada no enunciado. Ademais, sendo informação de interesse público não depende de requisição do MP ou Tribunal de Contas.

C) Falsa. Informações relativas aos registros das despesas realizadas não são sigilosas, são, pois, de interesse público.

D) Falsa. Durval na condição de cidadão tem assegurado constitucionalmente o acesso a informações de interesse público.

Questão 14 - Liberdade Religiosa (Art. 5º, CF)

O diretor da unidade prisional de segurança máxima ABC expede uma portaria vedando, no âmbito da referida entidade de internação coletiva, quaisquer práticas de cunho religioso direcionadas aos presos, apresentando, como motivo para tal ato, a necessidade de a Administração Pública ser laica. A partir da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A motivação do ato administrativo encontra-se equivocada, uma vez que o preâmbulo da Constituição da República de 1988 faz expressa menção à "proteção de Deus", também assegurando aos entes federados ampla liberdade para estabelecer e subvencionar os cultos religiosos e igrejas.

B) O ato expedido pelo diretor encontra plena correspondência com a ordem constitucional brasileira, a qual veda, aos entes federados, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou firmar qualquer espécie de colaboração de interesse público.

C) A Constituição da República de 1988 dispõe que, nos termos da lei, é assegurada assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, de modo que a portaria expedida pelo diretor viola um direito fundamental dos internos.

D) Inexiste incompatibilidade entre a portaria e a Constituição da República de 1988, uma vez que a liberdade religiosa apenas se apresenta no ensino confessional, ministrado, em caráter facultativo, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, não sendo tal direito extensível aos presos.

Gabarito comentado questão 14

A) Falsa. A invocação da proteção de Deus no preâmbulo da Constituição, nas descaracteriza o Estado laico brasileiro. No entanto, é vedado aos entes federados estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (art. 19, I, CF)

B) Falsa. A portaria expedida pelo diretor afronta diretamente o art. 5º, VII, CF.

C) Correta. Nítida violação do art. 5º, VII, CF, ao impedir os internos a possibilidade de acesso à crença de sua preferência.

D) Falsa. De fato o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional (ADI 4439), contudo, não há nenhuma relação de sua natureza confessional com a liberdade de crença assegurada aos presos. Há, sim, violação da Constituição, no inciso VII, do art. 5º, como exposto na assertiva acima.

Questão 15 – Mesa Diretora do Senado Federal (Poder Legislativo)

O senador João fora eleito Presidente do Senado Federal. Ao aproximar-se o fim do exercício integral do seu mandato bienal, começa a planejar seu futuro na referida casa legislativa. Ciente do prestígio que goza entre seus pares, discursa no plenário, anunciando a intenção de permanecer na função até o fim de seu mandato como senador, o que ocorrerá em quatro anos. Assim, para que tal desejo se materialize, será necessário que seja

reeleito nos dois próximos pleitos (dois mandatos bienais). Sobre a intenção do senador, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.
A) Será possível, já que não há limites temporais para o exercício da presidência nas casas legislativas do Congresso Nacional.

B) Não será possivel, pois a Constituição proíbe a reeleição para esse mesmo cargo no período bienal imediatamente subsequente.

C) É parcialmente possível, pois, nos moldes da reeleição ao cargo de Presidente da República, ele poderá concorrer à reeleição uma única vez.

D) Não é possível, pois o exercício da referida presidência inviabiliza a possibilidade de, no futuro, vir a exercê-la novamente.

A) Falsa. A duração do mandato de cada mesa é **limitada a 2 anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente**, não havendo proibição, contudo, à eleição para outro cargo da Mesa (art. 57, § 4º, CF). A assertiva fala em mesmo cargo, qual seja, presidência.

B) Correta. Parte final do art. 57, § 4º, CF.
Atenção: O enunciado expõe que o Senador João foi eleito Presidente do Senado para a 2ª Mesa Diretora da 1ª legislatura do seu mandato (lembrando que a legislatura tem a duração de 4 anos, teria sido nos anos 3 e 4 do seu mandato). Segundo entendimento jurisprudencial (p. da unidade legislativa, segundo o qual cada legislatura é independente da anterior) ele até poderia concorrer à presidência da 1ª Mesa Diretora da 2º Legislatura (ano 5 e 6 do seu mandato), contudo, ao contrário do que afirma a assertiva, não poderia se reeleger à presidência da Mesa nos dois próximos pleitos (dois mandatos bienais subsequentes, que seriam os anos 7 e 8 do seu mandato).

C) Falsa. A reeleição no cargo de Presidente da Mesa é vedada na mesma legislatura.
D) Falsa. No futuro (leia-se: próxima legislatura) poderá, segundo o STF, até a vir ser eleito novamente, mas nunca para eleição imediatamente subsequente dentro da mesma legislatura.

Questão 16 - Lei Complementar e Lei Ordinária (Processo Legislativo)

Em 2005, visando a conferir maior estabilidade e segurança jurídica à fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o Congresso Nacional decidiu discipliná-las por meio da Lei Complementar X, embora a Constituição Federal não reserve a matéria a essa espécie normativa. Posteriormente, durante o ano de 2017, com os avanços tecnológicos e científicos na área, entrou em vigor a Lei Ordinária Y prevendo novos mecanismos fiscalizatórios a par dos anteriormente estabelecidos, bem como derrogando alguns artigos da Lei Complementar X.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.
A) A Lei Ordinária Y é formalmente inconstitucional, não podendo dispor sobre matéria já tratada por Lei Complementar, em razão da superioridade hierárquica desta em relação àquela.

B) Embora admissível a edição da Lei Ordinária Y tratando de novos mecanismos a par dos já existentes, a revogação de dispositivos da Lei Complementar X exigiria idêntica espécie normativa.

C) A Lei Complementar X está inquinada de vício formal, já que a edição dessa espécie normativa encontra-se vinculada às hipóteses taxativamente elencadas pela Constituição Federal de 1988.

D) A Lei Complementar X, por tratar de matéria a respeito da qual não se exige a referida espécie normativa, pode vir a ser revogada por Lei Ordinária posterior que verse sobre a mesma temática.

A) Falsa. A Lei Complementar não é hierarquicamente superior à Lei Ordinária. STF, inclusive fixou este entendimento na ADC nº 1. Fundamento: Tanto a LO quanto a LC encontram seu fundamento de validade na CF, não havendo hierarquia entre elas. O que há são apenas matérias de competências distintas a serem disciplinadas por LC e LO, já que a própria Constituição reservou algumas matérias à LC.

B) Falsa. A LC X, neste caso específico, poderia ser revogada pela LO Y, pelos fundamentos expostos na letra D.
C) Falsa. A Lei Complementar X é formalmente complementar, mas materialmente ordinária, pois não se vincula à hipótese taxativamente prevista na Constituição a ser regulamentada por LC.
D) Correta. Temos uma LC que disciplina matéria de competência de LO. Neste caso, prevalece o entendimento de que quem pode mais, pode menos. Ora, se o quórum para a aprovação de LC é mais difícil do que para a aprovação de LO, está implícito que uma vez aprovada a LC, a LO também estaria aprovada, portanto, a LC é constitucional. Trata-se de uma **lei formalmente complementar** (pois foi aprovada por maioria absoluta), no entanto, **materialmente ordinária** (seu conteúdo é próprio de uma LO). Assim sendo, o STF entende que, excepcionalmente, uma lei ordinária posterior sobre a matéria pode revogar essa lei complementar que apenas se reveste da forma de LC, mas que na verdade, materialmente falando, é lei ordinária. (ADC nº 1).

Questão 17 – Ação Popular (Remédios Constitucionais)

O Município X, visando à interligação de duas importantes zonas da cidade, após o regular procedimento licitatório, efetua a contratação de uma concessionária que ficaria responsável pela construção e administração da via. Ocorre que, em análise do projeto básico do empreendimento, constatou-se que a rodovia passaria em área de preservação ambiental e ensejaria graves danos ao ecossistema local. Com isso, antes mesmo de se iniciarem as obras, Arnaldo, cidadão brasileiro e vereador no exercício do mandato no Município X, constitui advogado e ingressa com Ação Popular postulando a anulação da concessão. Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

A) A Ação Popular proposta por Arnaldo não se revela adequada ao fim de impedir a obra potencialmente lesiva ao meio ambiente.

B) A atuação de Arnaldo, na qualidade de cidadão, é subsidiária, sendo necessária a demonstração de inércia por parte do Ministério Público.

C) A ação popular, ao lado dos demais instrumentos de tutela coletiva, é adequada à anulação de atos lesivos ao meio ambiente, mas Arnaldo não precisaria constituir advogado para ajuizá-la.
D) Caso Arnaldo desista da Ação Popular, o Ministério Público ou qualquer cidadão que esteja no gozo de seus direitos políticos poderá prosseguir com a demanda.

A) Falsa. A Ação Popular é adequada ao caso e pode ser na espécie preventiva, antes de consumada a lesão.

B) Falsa. O legitimado ativo da AP é exatamente o cidadão, não havendo necessidade de demonstrar inércia por parte do MP.

C) Falsa. De fato a Ação Popular tem por objeto a defesa de direitos difusos e a tutela coletiva, como o meio ambiente, no entanto, a segunda parte da assertiva está errada já que o cidadão deve constitui advogado.

D) Correta. Se o autor desistir da ação serão publicados editais nos prazos e condições ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do MP, dentro do prazo de 90 dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação (art. 9º, Lei 4717/65).